

INFORME



Informativo do **Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais** - Ano IV/ **Junho 2016** - nº 42

Conselho Estadual de Saúde promove “São João do SUS” na Praça Sete para mobilizar a população mineira



Foi realizado no dia 24 de junho o “São João do SUS”. Com o objetivo de defender e pedir por melhorias no Sistema Único de Saúde (SUS), o Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais foi para a Praça Sete, região central de Belo Horizonte, levar para a sociedade a gravidade em que se encontra a saúde no Brasil. Membros do CESMG denunciaram desde a falta de medicamentos em postos de saúde até o corte de 44% do orçamento público proposto já para este ano. “Na ótica do Governo, esse corte é gradual, para o povo o corte é fatal”, afirma Júlio César Pereira de Souza, 1º secretário do CESMG.



Para o vice-presidente do CESMG, Ederson Alves da Silva, o SUS precisa ser melhorado, já que a proposta atual incentiva o aumento de

filas nos hospitais, privilegiando os planos de saúde. “Precisamos melhorar o SUS, contando com mais investimentos”, declarou Ederson.

O ato também contou com a presença de servidores e sindicalistas que estão ocupando a sede do Ministério da Saúde (o OcupaSUS), também na área central da capital, desde o início deste mês. Geraldo Adão, membro do Conselho Nacional de Saúde (CNS) classificou o evento como uma iniciativa louvável e que atos semelhantes estavam acontecendo em todo o Brasil. O conselheiro ressaltou a importância da aproximação dos Conselhos de Saúde com a sociedade, lembrando ainda que o SUS foi uma conquista garantida em Assembleia Constituinte, sendo o maior êxito do povo brasileiro.

A animação do evento ficou por conta do grupo profissional de quadrilha “Paixão Junina”. O grupo, do bairro Salgado Filho, trouxe o espírito junino com a tradicional dança da quadrilha.

Também foram distribuídos sacos de pipoca e informativos para todos que passavam pela praça.



Reunião ordinária CESMG – A reunião ordinária, que aconteceu na tarde do dia 13 de junho, teve como pauta a apresentação da Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador (CIST) *foto*, do Relatório de Gestão do 1º Quadrimestre de 2016 pela SESMG. Houve também a instalação da Câmara Técnica de Orçamento e Financiamento do SUS, responsável, entre outras funções, pela apreciação e elaboração de parecer sobre o Relatório mencionado.

Conselho Estadual de Saúde promove seminário em defesa do SUS



O Seminário do São João do SUS, na última quinta-feira, 23, ocorreu no Núcleo Regional do Ministério da Saúde e abriu a programação de eventos promovida pelo Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais (CESMG) em defesa do SUS. A iniciativa ocorreu de acordo com a campanha de mobilização lançada pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS).

A mesa de debates foi composta pelo vice-presidente do CESMG e moderador, Ederson Alves (CUT/MG), e pelos palestrantes Haroldo Jorge de Carvalho Pontes (Conass), Conceição Rezende (Ouvidoria do Estado), e Alzira Jorge (ex-secretária adjunta de Estado da Saúde). Antes de dar início às falas dos palestrantes, Ederson lembrou a motivação do encontro, ressaltando a necessidade de permanecer alerta e defender o SUS. “O Governo quer retirar o dinheiro da área da saúde, colocando o SUS em risco. Nós não podemos aceitar o desmonte que está em curso”.

Haroldo Carvalho, psicólogo sanitário e assessor técnico do Conselho Nacional de Secretários de Saúde, ressaltou que o país sofre com uma dificuldade histórica de financiamento da saúde e disse: “tudo que é ruim pode piorar”. Para ele, nunca os retrocessos aconteceram na velocidade assustadora em que ocorrem hoje. Exemplos notórios disso são a Emenda Constitucional n. 86, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241 e a Desvinculação das Receitas da União (DRU), atualmente em tramitação no Senado Federal. A EC n.86, por exemplo, segundo dados do CNS, representa uma perda de aproximadamente 10 bilhões de reais para a saúde, comparando o valor empenhado em 2015 (14,8%) com a estimativa para 2016, de 13,2%. Apontando para esse cenário, o psicólogo sanitário avaliou que a combinação dessas propostas asfixiará o SUS, pois reduzem o financiamento de uma política pública que ano a ano cresce. “As dificuldades nunca foram tão grandes quanto hoje”, afirmou.

Diante disso, a atuação dos Conselhos no âmbito da saúde será fundamental para representar a população na defesa de direitos constitucionais duramente conquistados. Foi o que disse a ouvidora do Estado, Conceição Rezende. Para ela, vários programas importantes estão claramente ameaçados, como o SAMU e o “Mais Médicos”, e a extinção ou redução deles afetariam duramente os cidadãos brasileiros. “Devemos nos repositonar numa luta histórica”, colocou.

Fruto dessa luta histórica, o SUS é uma política inovadora de direitos no Brasil e garante cobertura vacinal a toda população brasileira, possui dois milhões de trabalhadores, 265 mil agentes comunitários de saúde e forma milhares de profissionais. Esses são os dados trazidos pela ex-secretária adjunta de Estado de Saúde, Alzira Jorge. Para Alzira, o SUS é um projeto ambicioso que visa oferecer assistência integral a 200 milhões de pessoas e seu fim representaria verdadeiro risco para a sociedade. “O privado não vai assumir os serviços (transplantes, hemodiálise, entre outros)”. Por isso, é preciso aumentar o financiamento dessa política pública. “O SUS tem que crescer para reduzir desigualdades sociais e impedir maior vulnerabilidade da população”.

O acesso à informação na saúde, entendida em sua amplitude, é essencial para o exercício pleno da cidadania e auxilia na promoção da qualidade de vida, além de contribuir para o estabelecimento de uma sociedade mais democrática. Nesse sentido, a Comunicação é um importante pilar para o aperfeiçoamento do SUS. Projeto da atual Mesa Diretora, viabilizado pela Diretoria de Comunicação e Informação, em parceria com o Grupo de Trabalho de Comunicação, o **novo site do CESMG** foi lançado neste evento. Um diferencial do site é o portal de notícias dos Conselhos Municipais de Saúde de Minas Gerais, incentivando a participação deles e, principalmente, oferecendo maior visibilidade às suas pautas e necessidades.



Audiência pública debate a Desvinculação de Receitas da União (DRU)

No dia 8 de junho, a Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa de Minas Gerais discutiu, em audiência pública, a Desvinculação de Receitas da União (DRU), objeto de duas Propostas de Emenda à Constituição (PEC) em tramitação no Congresso e Senado Federal que ameaçam reduzir ainda mais os recursos destinados à saúde. O vice-presidente do CESMG, Ederson Alves da Silva (CUT-MG), representou o Controle Social na mesa de debates e ressaltou a necessidade de defesa e respeito ao SUS, que é um projeto de Estado. Também participaram da audiência o 2º Secretário Renato Barros (SindSaúde) e a Diretora de Comunicação, Lourdes Machado (CRP-MG). A mesa esteve composta pelos convidados Itagiba de Castro Filho (CRM-MG), Renato Dresch (Desembargador TJMG), Bruno Diniz (representando o COSEMS-MG), Gilmar de Assis (Promotor MPMG), Tadahiro Tsubouchi (representando a OAB-MG) e Kátia Regina de Oliveira Rocha (vice-presidente da Federassantas).



Audiência pública debate assistência farmacêutica no Estado

Voltada para a situação atual da assistência farmacêutica da rede pública em Minas Gerais, foi realizada no dia 22/06 uma audiência da Comissão da Saúde na Assembleia Legislativa de Minas Gerais - ALMG. Representantes de diversas famílias, entidades e associações denunciaram o atraso no repasse de recursos e na distribuição de remédios em todo o Estado, além de outras questões sobre o assunto abordado.



A sessão, que foi solicitada pelo presidente da Comissão, deputado Arlen Santiago, foi uma oportunidade de expor diferentes exemplos da situação da saúde pública em Minas, dando voz àqueles que utilizam ou trabalham de forma mais direta no SUS. Considerando que a crise da saúde não está restrita ao Estado e, sim, é um problema nacional, foi pontuada a crise em Estados como Rio de Janeiro e São Paulo. Dessa forma, foi criticado também o impasse atual entre Estado e o governo federal, sendo que é necessário buscar parcerias para o repasse de recursos para Minas Gerais.

Representando o Conselho Estadual de Saúde (CES-MG), Lourdes Machado (CRP-MG) apontou outro viés para a questão da saúde: o excesso de medicalização, salientando que o excesso do uso de medicamentos deixa cada vez mais evidente a aproximação da medicina com a indústria farmacêutica. “No Brasil, temos um processo patologizante e medicalizante, onde tudo é considerado doença”. Lourdes ainda citou que o Clonazepan é o segundo medicamento mais vendido no Brasil. Cita que a Ritalina, apelidada de “droga da obediência”, tem o mesmo mecanismo de ação das anfetaminas e da cocaína.

Foram criticados também os gastos com publicidade, em um momento onde a economia é tão defendida pelos gestores públicos. Maria Juliana de Oliveira Silveira, presidente da ONG Menkes Brasil e coordenadora da Associação dos Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Graves, mencionou que não dá para usar a crise econômica que o país enfrenta para justificar a dificuldade no repasse de verbas, uma vez que a saúde é fundamental para a vida. “O município culpa o Estado, que culpa a economia mundial e a crise”.

Por outro lado, o superintendente de Assistência Farmacêutica da Secretaria Estadual de Saúde (SES-MG), Homero Souza Filho, ressaltou os avanços obtidos na área. O gestor citou que hoje existem 40 remédios em falta no Estado. No ano anterior, esse número era de 165. Ainda assim, há muito que fazer na assistência farmacêutica em Minas.

O ensino à distância em enfermagem foi duramente criticado em audiência pública

“Não se toca, não se sente, não se cuida, não se conforta o outro pelo ensino à distância”, disse Marcos Rúbio, presidente do Conselho Regional de Enfermagem de Minas Gerais.

Apesar dos benefícios que o Ensino à Distância (EaD) proporciona, como a inclusão de pessoas no ensino superior que não possuíam condições de frequentar cursos presenciais, essa modalidade pode trazer também prejuízos ao processo de formação dos profissionais, nos níveis superior e técnico. Sobre este assunto, a Comissão do Trabalho, da Previdência e Assistência Social, da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) convocou, no dia 22 de junho, uma audiência pública para debater o ensino à distância especificamente na área de Enfermagem. A mesa foi composta pelo deputado Celinho do Sinttrocel; por Manoel Carlos Neri da Silva, presidente do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen); por Dorisdaia Carvalho de Humerez, conselheira do Cofen/DF; por Marcos Rúbio, presidente do Conselho Regional de Enfermagem de Minas Gerais (Coren/MG); por Orlene Veloso Dias, conselheira do Cofen/DF; por Ederson Alves da Silva, vice-presidente do Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais; e por Kênia Lara Silva, presidente da Associação Brasileira de Enfermagem (Aben/MG).



Impactos do EaD em saúde no SUS - A conselheira do Cofen/DF, Dorisdaia Humerez, apresentou o cenário do ensino de enfermagem no Brasil. O EaD é oferecido, principalmente, por universidades privadas e centros universitários, sem necessidade de autorização pelo Ministério da Educação (MEC). O MEC passou a fiscalizar os polos de ensino e detectou, entre outras irregularidades, até o funcionamento de polos clandestinos, ou seja, aqueles que a entidade não reconhece.

Esse quadro afeta diretamente o Sistema Único de Saúde (SUS). “O SUS carece, hoje, da humanização de seus profissionais e de atendimento mais próximo ao usuário”. É o que afirmou o vice-presidente do Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais (CESMG), Ederson Alves (CUT–MG), que prometeu pautar na plenária do CESMG a construção de resolução contra o EaD em enfermagem. Para ele, a formação de profissionais da saúde nesse método prejudica diretamente aos usuários, que sofrerão com profissionais sem capacidade para lidar com eles.

Força política das instituições de educação - Ederson ainda alertou para o componente político dessa questão, sendo preciso enfrentar as instituições privadas de ensino, que financiam campanhas políticas. “Quem está por trás disso são empresas buscando somente lucros”.

Essa posição também foi adotada por outros membros da mesa. A conselheira do Cofen, Dorisdaia, aproveitou para acusar a Kroton, empresa de capital norte-americano, de deter o “monopólio da educação”, devido ao seu grande porte (a empresa adquiriu a faculdades Anhanguera e Unipar). O enfermeiro Manoel Neri, presidente do Cofen, disse que o objetivo é “minimizar os custos e maximizar os lucros das empresas de ensino privado” e destacou a posição da entidade. Desde 2011, os conselhos profissionais adotaram posição contrária à formação por EaD na área da saúde.

Dorisdaia voltou a criticar o crescimento da oferta de ensino à distância na enfermagem pela iniciativa privada, pois o controle e fiscalização são incapazes de garantir a qualidade do ensino, de promover o cuidado e responsabilidade com o paciente e por facilitar o aumento de erros, como a imperícia, negligência e imprudência, pelos profissionais formados. Sua fala foi corroborada pela do presidente do Coren, Marcos Rúbio, para quem “a maior prejudicada é a sociedade”.

Cofen propõe projetos de lei - O Cofen propôs o Projeto de Lei 2891/2015, apresentado pelo deputado Orlando Silva, que proíbe a prática. O Cofen não é contra o ensino à distância, mas contra essa modalidade nos cursos da saúde, em especial na Enfermagem. Ele ressaltou a importância de que todos os novos cursos passem por pareceres prévios do Conselho Nacional de Saúde e dos Conselhos Federais para que possam ser abertos. E também lembrou outro projeto proposto pelo Cofen, o PL 4.930/16, que prevê a instituição de exame de suficiência dos recém-formados como condição para obtenção de registro profissional. Encerrando a audiência, o deputado Celinho se comprometeu a apresentar no plenário da ALMG um requerimento, a ser encaminhado ao MEC, com manifestações de repúdio aos cursos à distância em enfermagem.

Comissão Estadual de Reforma Psiquiátrica (9 de junho) – A CERP se reuniu para apresentar o Relatório de Vitorias em Comunidades Terapêuticas credenciadas pelo Programa Aliança Pela Vida. Ele é resultado do trabalho da Coordenação Estadual de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas da SES-MG. A Coordenação divulgou os resultados encontrados a partir de vitorias ocorridas no período de agosto a dezembro de 2015, em comunidades participantes do Programa Cartão Aliança Pela Vida, criado pela SES-MG em 2012.



1ª reunião da Câmara Técnica de Financiamento e Orçamento (20 de junho) - Nela foram eleitos o coordenador e a relatora, José Pereira (FADEMG) e Gislene Gonçalves dos Reis (CMP-MG), respectivamente. Além disso, ocorreu a definição do calendário das próximas reuniões. A Comissão voltou a se encontrar no dia 27.



Reunião com representantes da ESP (21 de junho) – A Mesa Diretora do CESMG se reuniu com representantes da Escola de Saúde Pública de Minas Gerais (ESP-MG), para uma avaliação da Turma Diagnóstico - Oficina de Capacitação de Conselheiros, que aconteceu no início de maio, com a participação de cerca de 40 conselheiros de saúde das diversas regiões do Estado.

Palestra do CESMG em Capim Branco (15 de junho) - O vice-presidente do CESMG, Ederson Silva (CUT-MG) esteve no município de Capim Branco no dia 15 de junho, para fazer uma palestra sobre Controle Social aos conselheiros de saúde.



Palestra do CESMG em Rio Parnaíba (16 de junho) - O vice-presidente do CESMG, Ederson Silva (CUT-MG), também esteve no município de Rio Parnaíba no dia 16 de junho, para mais uma palestra sobre Controle Social aos conselheiros de saúde.

Posse do CMS de Uberaba



No dia 22 de junho aconteceu a cerimônia de posse dos Conselhos Municipal, Distritais e Locais de Saúde de Uberaba no anfiteatro do Centro Administrativo da Prefeitura. O Conselho Estadual de Saúde foi representado por seu secretário geral Jurandir Ferreira (representante dos usuários pela CNBB).

A nova presidente do CMS de Uberaba, Maria José de Oliveira Cunha Freitas (usuária), tem trajetória de atuação na saúde e em defesa do SUS. Também estão na Mesa Diretora a vice-presidente Elaine Teles Vilela Teodoro (gestora), a 1ª secretária Marieta de Magalhães Barbalho (trabalhadora) e a 2ª secretária Janete Marília de Almeida (usuária).

O cerimonial do evento, a princípio, não passou à palavra ao conselheiro estadual Jurandir, mesmo todos à mesa tendo se manifestado. O plenário protestou contra esta falha do cerimonial. “Não adianta tentarem calar quem não teme, continuarei a trabalhar em defesa do SUS e da democracia”, avaliou o conselheiro estadual.

A posse foi oficializada pelo secretário municipal de saúde, Marco Túlio Azevedo Cury, representando o prefeito Paulo Piau.

A Mesa Diretora do CESMG se reuniu no dia 28 de junho com os técnicos responsáveis por coordenar o **Sistema de Transporte da Saúde** (SETS) e o **Tratamento Fora de Domicílio** (TFD), com o objetivo de atualizar o Manual de Procedimento e o custeio dos serviços em todo o Estado de Minas Gerais.



Inauguração do Complexo de Saúde em Congonhas

O Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais participou da inauguração do Complexo de Saúde no município de Congonhas/MG, no dia 27 de junho.

O novo Complexo conta com Unidade de Pronto-atendimento (UPA) 24h; Centro de Especialidades Médicas (CEM), Laboratório de Análises Clínicas, Farmácia Central, Centro de Especialidades Odontológicas (CEO), Central de Material Esterilizado e a administração da Secretaria Municipal de Saúde.



➔ **Mantenha atualizado o cadastro de seu Conselho Municipal de Saúde no CADCES-MG. Assim, seu CMS sempre receberá informações sobre o Controle Social mineiro.**

O Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais tem um novo site institucional, onde podem ser acessadas informações relevantes sobre o Controle Social mineiro. Confira:
<https://ces.saude.mg.gov.br>

Acompanhe o CESMG no Facebook, mais fotos e informações atualizadas:
<https://www.facebook.com/Conselho-Estadual-de-Saúde-de-Minas-Gerais-Cesmg>



Expediente:

O INFORME CES-MG é uma publicação do *Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais*, editado por sua Assessoria de Comunicação. É permitida a reprodução de matérias, desde que citada a fonte. O artigo assinado é de responsabilidade do autor e não expressa, necessariamente, a opinião da instituição. Esta publicação pertence ao **Controle Social** do Estado de Minas Gerais. Por isso, aceita contribuições que acrescentem informações relevantes ao exercício de nossas atividades – qualificando, cada vez mais, nosso trabalho e, conseqüentemente, a saúde pública mineira. Artigos, notícias e demais colaborações podem ser encaminhadas nos contatos citados neste expediente.

Mesa Diretora CES-MG:

Presidente: Sávio Souza Cruz (SES/MG)
 Vice-presidente: Ederson Alves da Silva (CUT-MG)
 Secretário-geral: Jurandir Ferreira (CNBB)
 1º Secretário: Júlio César Pereira de Souza (FAMEMG)
 2º Secretário: Renato de Almeida Barros (SINDSAÚDE-MG)
 3º Secretário: José do Carmo Fonseca (SINDHOMG)
 1ª Diretora de Comunicação e Informação do SUS:
 Lourdes Aparecida Machado (CRP-MG)
 2º Diretor de Comunicação e Informação do SUS:
 Rubens Silvério da Silva (FAMEMG)

Secretaria Executiva: Eleciania Tavares

Assessoria de Comunicação

Jornalista responsável:
 Michèlle de Toledo Guirlanda – Mtb 5045
 Estagiários: Camila Marques e Gabriel Moraes

Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais

Rua Rio de Janeiro, 471 – 10º andar - Centro
 Belo Horizonte/ MG – CEP 30.160-040
 Telefones: (31) 3215-7209/ 7210/ 7208 Fax: (31) 3215-7468
<https://ces.saude.mg.gov.br>
 e-mail: ces@saude.mg.gov.br
 Facebook: / <https://goo.gl/U1X7Pi>